

A INVENÇÃO DA FAVELA: do mito de origem a favela.com

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 204 p.

Linda M. P. Gondim

A invenção da favela é uma daquelas obras que já nascem clássicas, no sentido de representar um marco, pela originalidade, abrangência e profundidade, no estudo de um tema ou campo do conhecimento. O livro é referência obrigatória para os pesquisadores do fenômeno favela, qualquer que seja o enfoque adotado – haja vista a maestria com que Licia Valladares consegue articular a análise das ideologias com a discussão do contexto histórico, dando conta, simultaneamente, das dimensões material e simbólica que constituem a realidade social.

A Autora explicita, nos primeiros parágrafos do texto, que seu objeto são as *representações* construídas por diversos atores ao longo dos cem anos de existência das favelas, não se detendo em suas causas nem em sua evolução, suas manifestações e conseqüências, expressas em indicadores quantitativos no contexto urbano. Esses aspectos, porém, não estão de modo algum ausentes da análise.

A invenção da favela insere-se numa trajetória intelectual e profissional marcada pela seriedade e coerência, sem prejuízo da ousadia e da criatividade.¹ Desde o início de sua experiência como pesquisadora, ainda estudante de Ciências

Sociais no Rio de Janeiro, a curiosidade intelectual, a reflexão teórica e um cuidadoso trabalho empírico conduziram seus passos no estudo da questão habitacional e, em particular, das favelas. Numa época (1967-68) em que pesquisa social era sinônimo de “survey”, Licia Valladares, sob a orientação de Carlos Alberto Medina, realizou “observação participante” na favela da Rocinha, onde residiu por nove meses. Essa experiência, como ela relata na Introdução, motivou-a a elaborar sua tese de doutorado sobre a política habitacional do governo do então Estado da Guanabara, centrada na remoção de favelados para conjuntos habitacionais longínquos e mal equipados, como “Cidade de Deus”. A tese, defendida na França em 1974, foi publicada pela Zahar Editores, (Rio de Janeiro, 1978), com o título *Passa-se uma casa*.

Não caberia, aqui, reconstituir a carreira da Autora, da qual, provavelmente, o ponto culminante é o livro resenhado, originado na sua tese de *Habilitation à Diriger des Recherches*, trabalho exigido de candidatos ao ingresso como professores efetivos no sistema universitário francês.² Ao mencionar a trajetória de Licia Valladares, meu objetivo é destacar uma característica da obra em pauta, pertinente à sociologia do conhecimento: trata-se de seu caráter de “meta-invenção”, ou seja, o estudo da favela como fenômeno “inventado” é ele mesmo uma “invenção”. Esse termo tem o valor heurístico de chamar atenção para os aspectos simbólicos e ideológicos da realidade produzidos por atores sociais e não por uma espécie de *deus ex machina*.

Nesse sentido, o livro resenhado é também uma criação que desvenda caminhos, mas que nada tem de mágica ou instantânea, sendo, antes, um trabalho artesanal, no que tem de delicado e dedicado, e científico, no que tem de crítico e criativo. Evidência disto é o cuidado com que a pesquisadora lança mão de materiais e fontes de informação os mais diversos, incluindo imagens publicadas

¹ O entrelaçamento entre a carreira de Licia Valladares e a história da pesquisa sobre favelas no Rio de Janeiro fica evidente em diversas partes do livro, o que só contribui para enriquecer o tratamento do tema. Nesse sentido, ao se referir à sua experiência, seria mais adequado que a Autora utilizasse sempre a primeira pessoa do singular, como faz na Introdução, ao invés de recorrer a um “nós”

abstrato (por exemplo, quando menciona “nosso contacto pessoal com Anthony Leeds...” p. 112, nota 176). Fica a sugestão para uma próxima edição.

² Atualmente, Licia Valladares é professora da Universidade de Lille.

na mídia na primeira metade do século XX.

A *invenção da favela* contrapõe-se à tendência, identificada entre os estudiosos do fenômeno, de fazer *tábula rasa* do conhecimento produzido desde as primeiras décadas do século XX. Daí o ambicioso trabalho de arqueologia intelectual que transparece desde o primeiro capítulo, onde se revelam sucessivas “camadas” de discursos sobre a favela, inicialmente produzidos por médicos, jornalistas, engenheiros, reformadores sociais e outros intelectuais, engajados em discussões sobre os destinos da então capital federal e da própria nação. Na base dessas “camadas” encontra-se a “Tróia Negra” de Euclides da Cunha: a palavra *favela*, no final do século XIX, designava um assentamento formado no Rio de Janeiro por ex-combatentes de Canudos que ocuparam o Morro da Providência, onde se encontrava uma planta chamada favela, também existente no arraial situado em Monte Santo, Bahia.

A pesquisa revela uma razão menos prosaica para a associação entre *Os sertões* e o mito fundador da favela. Se, como realidade histórica, esta remonta aos últimos anos do século XIX – sendo, portanto, anterior à publicação da obra de Euclides da Cunha (1902) – no plano do imaginário essa obra forneceu aos intelectuais a “matéria prima” que lhes permitiu “compreender e interpretar a favela emergente” (p. 30): aglomeração de excluídos rebeldes, formando uma comunidade coesa e pondo em perigo a ordem social.

O Capítulo I analisa, ainda, a transformação da favela em problema urbanístico e social a desafiar a administração pública nas primeiras décadas do século XX, motivando estudos e pesquisas que culminaram na sua inclusão no *Plano Agache* (1930) e no *Código de Obras* de 1937. O texto desvela personagens esquecidos como o médico Victor Tavares de Moura e a assistente social Maria Hortência do Nascimento e Silva, autores de estudos que viriam a subsidiar a pioneira experiência de política habitacional para favelados, na forma de *Parques Proletários*, no início da década de 1940. Destaque especial é concedido a Alberto Passos Guimarães, dirigente do Instituto Brasilei-

ro de Geografia e Estatística (IBGE) que elaborou a definição da categoria favela, pesquisada no Recenseamento Geral de 1950.

No Capítulo II, Lícia Valladares “escava” as representações sociais sobre as favelas, construídas nos primórdios do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil (décadas de 1950 e 1960). Discute a influência do Padre Leuret e do movimento *Economia e Humanismo*, sob a égide dos quais foi realizado o estudo “*Aspectos humanos das favelas cariocas*”, conduzido pela SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais), publicado, em 1960, no jornal *O Estado de São Paulo*. Tal estudo, que influenciou a produção dos principais estudiosos da favela nos anos subsequentes – Carlos Alberto Medina, José Artur Rios, Anthony Leeds e Janice Pearlman, entre outros – encontra-se ausente, lamentavelmente, das bibliografias sobre o tema.

A análise desvenda conexões inusitadas, como a semelhança de métodos e princípios utilizados no estudo da SAGMACS e aqueles da Escola de Chicago: ênfase no trabalho de campo de natureza qualitativa, utilizando múltiplas fontes, em conjugação com métodos quantitativos; articulação entre pesquisa e ação social, tendo o bairro como foco de intervenção; adoção de uma abordagem multidisciplinar, associando aportes da Sociologia, Antropologia, Geografia, Economia e outras Ciências Sociais.

A arqueologia intelectual feita no Capítulo II abrange, também, atores como o *Peace Corps*, que estudaram a favela numa perspectiva menos sofisticada, marcada por uma visão homogeneizadora dos favelados e por um ativismo reformista alienado do contexto político repressor da época (décadas de 1960 e 1970). A “escavação” evidencia a complexidade da questão, pois o *Peace Corps* contava com a colaboração de Anthony Leeds, um competente pioneiro do trabalho de campo antropológico nas favelas do Rio de Janeiro, que iria contribuir decisivamente para a implantação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (UFRJ).

Acompanhando as mudanças no processo de construção das representações sobre favelas, nas décadas de 1970 e 1980, o Capítulo III assinala a transição do foco de análise para os atores coletivos, já que a ampla difusão do interesse de estudá-las não mais permite abordar a questão do ponto de vista de atores individuais e suas pequenas redes de investigação. A conjuntura política da época era marcada, simultaneamente, pelo autoritarismo – ainda que houvesse razoável espaço para a crítica nos meios intelectuais – e pela explosão dos aglomerados urbanos e metropolitanos. A atuação do Banco Nacional da Habitação viabilizou a remoção de expressivo número de favelados para conjuntos habitacionais; contudo, ao invés de diminuir, multiplicavam-se as chamadas “habitações sub-normais”, segundo designação do IBGE.

A favela torna-se objeto preferencial de pesquisa nos programas de pós-graduação que se multiplicam, bem como em centros de pesquisa governamentais e organizações não governamentais. Essa nova situação teve um resultado ambivalente: se, por um lado, fez com que as favelas deixassem de ser demonizadas como responsáveis ou condensadoras de todas as mazelas urbanas, por outro lado contribuiu para a permanência de “dogmas” – no sentido de pressupostos compartilhados, mas não explicitados nem discutidos pelos pesquisadores.

O primeiro “dogma” corresponde à visão da favela como “*um espaço absolutamente específico e singular*” (p. 149); o segundo se expressa no tratamento de tal espaço como “*o território urbano [típico] dos pobres*” (p. 151); e o terceiro diz respeito à insistência em considerar as favelas como categoria unívoca, abstraindo-se tanto as consideráveis diferenças entre elas, como as variações encontradas no interior das mesmas. A consistência da crítica que Lícia Valladares faz aos dois últimos “dogmas” é evidente, como se constata na análise apresentada no próprio Capítulo III e na Conclusão: sem negar que grande parte dos favelados são pobres, outros espaços urbanos podem ser considerados, também, lócus da pobreza, como conjun-

tos habitacionais, loteamentos irregulares e mesmo bairros periféricos.

Quanto ao terceiro “dogma”, a pretensa homogeneidade das favelas, na visão da Autora, não se sustenta, devendo-se assinalar “*suas diferenças de natureza sociológica*” (p. 152), associadas a outras dimensões, expressas em estatísticas e análises, que distinguem variações – essas sim, reconhecidas pelos pesquisadores – quanto ao tamanho, tempo de ocupação, área da cidade onde se localizem, tipo de terreno onde se implantam, disponibilidade de serviços e equipamentos urbanos, etc. O exemplo da Rocinha, apresentado na Conclusão do livro, revela a variedade de serviços e atividades disponíveis à sua população: rede de TV a cabo exclusiva, agências bancárias, videolocadoras, lojas de eletrodomésticos, clínicas particulares, laboratórios, escritórios de advocacia, agências imobiliárias... Sua relação com a cidade amplifica-se mediante a inclusão no mundo globalizado, o que ocorre também com outras favelas, que dispõem de *sites* na Internet e são incluídas no circuito turístico (*Exotic Tours, Favela Tour, Jeep Tour*) (p. 153). E nada mais emblemático da ruptura com o estereótipo da favela como produtora apenas de violência, tráfico de drogas ou de manifestações culturais específicas (e.g. samba, rap, religiões afro-brasileiras ou pentecostais) do que a ascensão social de jovens favelados que obtêm diplomas universitário ou mesmo de pós-graduação, os “doutores da favela”.

Entretanto, a meu ver, essa realidade inédita e multifacetada não nega a especificidade da favela como fenômeno social – primeiro dos “dogmas” denunciados pela Autora. Como negá-la, se o próprio objeto da obra afirma tal especificidade, *no plano das representações*? Em outras palavras, se nada há de específico no fenômeno, como seria possível discutir sua invenção? Cabe, aqui, lembrar o princípio formulado por Thomas, um dos nomes centrais da Escola de Chicago, pioneiro da abordagem fenomenológica na Sociologia e precursor da pesquisa qualitativa: “Se os homens definem situações como reais, elas são reais em suas conseqüências” (*apud Coser,*

1977) – que o digam os favelados, objeto de estigma (Gondim, 1981/82), em decorrência, em grande parte, da natureza (vista como) específica do lugar onde moram.

Vale ressaltar que minha discordância com relação a esse ponto da obra, longe de lhe diminuir o mérito, antes o acentua, pois aponta para o seu papel como incentivadora de um debate que tem tudo para ser mais complexo, original e profundo a partir da publicação de *A invenção da fa-*

vela.

REFERÊNCIAS

COSER, Lewis. *Masters of Sociological Thoughts: ideas in historical and social context*. 2. ed. Nova York: Harcourt Brace Jovanovitch, 1977. Disponível em: www2.Pfeiffer.edu/Lridener/DSS/Thomas/THOMAS.PL.HTML.

GONDIM, Linda M. P. A manipulação do estigma de favelado na política habitacional do Rio de Janeiro. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, 12/13, n. 1 / 2, p. 27-44, 1981/1982.

VALLADARES, Licia do Prado. *Passa-se uma casa; análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

(Recebido para publicação em dezembro de 2005)

(Aceito em dezembro de 2005)

Linda M. P. Gondim é Socióloga, Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Cornell (EUA), Professora do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora I do CNPq e Líder do Grupo de Pesquisa “Culturas das Cidades: arte, política e espaço público na contemporaneidade”, registrado no CNPq. Publicou vários artigos, livros e capítulos de livros sobre política habitacional, movimentos sociais e participação popular no planejamento e na gestão das cidades, incluindo os livros “Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os governos das mudanças” e “O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade” (no prelo).